

## A Decisiva Importância da ONU

por Mário Soares

Num mundo sujeito a uma globalização inelutável, mas desregulada e sem ética, em que os repetidos atentados contra o Planeta são escandalosa e inconscientemente ignorados, a decisiva importância da ONU avulta como um recurso insubstituível e uma referência.

Em Setembro próximo - atenção - reúne-se a Assembleia Geral da ONU, que completará sessenta anos de existência e de relevantíssimos serviços à causa da Humanidade (1945-2005).

Trata-se, com efeito, de uma efeméride que não pode - nem deve - ser menosprezada. É demasiado importante para que o seja. Realmente, o balanço de seis décadas de trabalho árduo - apesar de tantas declarações meramente verbais, de uma certa passividade em relação aos "grandes" e de uma efectiva desproporção entre os meios utilizados e os resultados conseguidos - havemos de considerar a acção da ONU como notável e extremamente relevante, numa perspectiva global. A paz a nível mundial foi preservada - um recorde histórico - bem como o diálogo e o bom entendimento entre os Povos, que nunca foi posto em causa, não obstante décadas de "guerra fria" e de inúmeros conflitos e "guerras quentes" (embora localizadas) em vários Continentes.

Na verdade, a ONU não foi capaz de estabelecer por forma legítima a paz universal, com que Kant sonhou e Roosevelt, depois dele também, nem nunca conseguiu libertar a Humanidade do medo - e do risco - de concretização das ameaças nucleares, que poderão pôr em causa a sobrevivência da vida no nosso Planeta. Por outro lado, apesar de tantas declarações a favor de um desenvolvimento sustentado, com dimensão social e respeito pelos equilíbrios ecológicos, que se tornou tão evidentemente necessário, após a Conferência do Rio de 1992, a ONU não teve força para impor regras éticas que assegurassem uma certa ordem nos grandes interesses económicos que dominam e exploram o mundo, com o objectivo único do lucro pelo lucro e ignorando as pessoas e o seu necessário bem estar.

Desde 1945, no imediato post-guerra, até hoje, passando pela queda do muro de Berlim, pelo fim da "guerra-fria" e pela implosão do comunismo, o mundo mudou radicalmente. A Ciência, em todos os domínios, deu um salto de gigante. As novas tecnologias, com as suas espectaculares conquistas, estão a transformar a realidade social dos países que as dominam. Fala-se agora - e bem - em "sociedades de conhecimento" e de "boa governação". Com efeito, com a instantaneidade da informação - recebida em directo, em todo o mundo, seja onde for o lugar onde os acontecimentos ocorram - pensa-se na necessidade de um governo mundial, ao qual só se pode chegar, por via consensual, por uma inteligente reforma da ONU. Não se pode lá chegar, razoavelmente, nem por via do hegemonismo de uma só potência, (de um "imperialismo benigno", como insensatamente o quiseram baptizar), por mais forte que seja militarmente, nem mediante um pseudo Directório de Países ricos (o G7 ou G8), sem legitimidade democrática e que em si mesmo - e pelo que representa - constitui um ultraje para esmagadora maioria dos Estados que nele não participam.

A ONU ressurgiu assim como único areópago de carácter mundial a que os Povos injustiçados podem recorrer e onde há probabilidades de serem ouvidos. Por isso foi marginalizada, como um impecilho, pela hiperpotência dominante, quando a administração Bush resolveu atacar unilateralmente o Iraque, contra o parecer das Nações Unidas.

O Secretário Geral, Kofi Annan, teve aí um papel de grande dignidade e independência. Ganhou o respeito e a admiração do mundo, independentemente dos ataques (indirectos e injustos) que lhe foram dirigidos. Como era de prever a mentira, utilizada como justificação da guerra ilegítima, veio à tona e tornou-se evidente para a consciência mundial. Felizmente, começa a haver hoje no mundo uma cidadania global que conta, acima das exigências da "real politik" que conta muito mais do que os burocratas da política julgam. Bush, quando o imbróglio iraquiano se tornou óbvio - e com o tempo cada vez o é mais - sentiu-se obrigado a ir às Nações Unidas pedir ajuda. Fez o que eu chamei, nessa altura, a "humilhação de Canossa". Mas, depois, contraditoriamente,

nomeou como embaixador da ONU o arrogante John Bolton, nomeação - diga-se - que o Senado ainda não aprovou.

Quando passou o milénio a ONU, sob o impulso, de Kofi Annan, propôs, como meta a seguir, a célebre Declaração do Milénio cujos excelentes objectivos, não têm avançado. O objectivo da erradicação, para metade, da extrema pobreza, até 2015, não tem, desgraçadamente, sido concretizado. Pelo caminho em que vamos, supõe-se que talvez em 2150, esse objectivo seja atingido...

Agora, em face desta contestação, o Secretário Geral, Kofi Annan, encomendou um novo projecto, para ser discutido na Assembleia Geral de 2005, a uma ampla e diversificada Comissão, coordenada pelo Director da ONU, Jeffrey D. Sachs, para investigar as razões por que os objectivos do Milénio não avançaram, apesar da sua importância mundial. E também avaliar os custos e os benefícios dos objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Veremos que receptividade terá um tal texto na Assembleia Geral de Setembro. Veremos se a reforma das Nações Unidas, tão urgente, vai ter, finalmente, um começo de concretização e países emergentes como a Índia, o Brasil, a África do Sul e a Indonésia - todos grandes Estados que antes eram tidos como do Terceiro Mundo - venham a ser admitidos como membros permanentes do Conselho de Segurança, embora sem direito a veto, bem como a Alemanha e o Japão, grandes e respeitados países hoje, vencidos na última guerra, que não faz mais sentido não pertencerem ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Veremos se a Assembleia Geral das Nações Unidas será capaz de definir uma estratégia inteligente contra o terrorismo - e em defesa da segurança das pessoas - sem pôr em causa o respeito pelos Direitos Humanos e pelas garantias, ínsitas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de Dezembro de 1948, e nas Convenções que se lhe seguiram, mesmo para os acusados de terrorismo, antes de qualquer pena transitada em julgado.

Não pode é dizer-se que o Secretário Geral, Kofi Annan, não tenha feito tudo ao seu alcance para prestigiar a instituição que dirige e dar um novo conteúdo de esperança às aspirações dos cidadãos do mundo que ela consubstancia.

Lisboa, 18 de Junho de 2005